

VDB F2  
Geração de  
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração de resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Diretores e aos Acionistas da

### VDB F2 Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F2 Geração de Energia S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F2 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC RJ-087339/O-4

# VDB F2 Geração de Energia S.A.

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	285.873	583.171	759.393	936.799
Aplicações Financeiras	5	3.259.434	20.806	48.865.718	37.329.866
Contas a receber de clientes	6	-	-	38.729.774	63.794
Contas a receber - partes relacionadas	8	91.554.985	-	-	-
Adiantamentos diversos	6	1.563	-	53.881	33.823
Despesas antecipadas	7	-	-	1.018.035	739.212
Tributos a recuperar		133.796	36.173	374.003	166.752
Dividendos a Receber		-	115.199	-	-
		<u>95.235.651</u>	<u>755.349</u>	<u>89.800.804</u>	<u>39.270.246</u>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos Judiciais		-	-	15.000	7.192
Despesas antecipadas	7	-	-	308.568	452.270
Investimentos em sociedades controladas	9	184.435.277	179.964.913	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	8	-	618	-	618
Imobilizado	10	169.282	169.282	681.744.001	313.116.092
Intangível	11	1.581.378	1.581.378	1.581.378	1.581.378
		<u>186.185.937</u>	<u>181.716.191</u>	<u>683.648.947</u>	<u>315.157.550</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>281.421.588</u></b>	<b><u>182.471.540</u></b>	<b><u>773.449.751</u></b>	<b><u>354.427.796</u></b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Tributos a recolher	12	928.781	652	2.445.225	1.351.303
Contas a pagar	13	39.082	994	8.858.142	1.633.092
Contas a pagar - parte relacionadas	8	-	-	4.558.440	15.695.977
Empréstimos e financiamentos	14	110.179.920	-	130.677.525	-
Provisão para investimento descoberto		8	8	8	8
Provisão para IRPJ e CSLL	15	-	-	7.618.860	-
		<u>111.147.792</u>	<u>1.654</u>	<u>154.158.200</u>	<u>18.680.380</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	449.010.563	153.270.338
Provisão para contingências		-	-	7.192	7.192
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>449.017.755</u>	<u>153.277.530</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	16	187.073.833	187.073.833	187.073.833	187.073.833
Prejuízos acumulados	16	(16.800.037)	(4.603.909)	(16.800.037)	(4.603.909)
Transações de capital		-	(38)	-	(38)
		<u>170.273.796</u>	<u>182.469.886</u>	<u>170.273.796</u>	<u>182.469.886</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>281.421.588</u></b>	<b><u>182.471.540</u></b>	<b><u>773.449.751</u></b>	<b><u>354.427.796</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# VDB F2 Geração de Energia S.A.

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Receitas e custos operacionais</b>					
Receita de vendas	17	-	-	35.930.382	-
Custo das vendas	18	-	-	(16.502.126)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.428.256</b>	<b>-</b>
<b>Despesas e outras receitas operacionais</b>					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	19	(566.696)	(321.687)	(6.584.650)	(884.737)
Participação de equivalência patrimonial	9	(11.914.438)	(1.039.460)	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos</b>		<b>(12.481.134)</b>	<b>(1.361.147)</b>	<b>12.843.606</b>	<b>(884.737)</b>
Despesas financeiras	20	(4.649.195)	(6.936.161)	(19.242.064)	(7.001.855)
Receitas financeiras	20	4.934.239	2.673.466	2.121.698	3.525.564
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>285.044</b>	<b>(4.262.695)</b>	<b>(17.120.366)</b>	<b>(3.476.291)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(12.196.090)</b>	<b>(5.623.842)</b>	<b>(4.276.760)</b>	<b>(4.361.028)</b>
IR e CS correntes	15	-	-	(7.372.941)	-
IR e CS diferidos	15	-	-	(546.388)	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(12.196.090)</b>	<b>(5.623.842)</b>	<b>(12.196.090)</b>	<b>(4.361.028)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# VDB F2 Geração de Energia S.A.

## Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	(12.196.090)	(5.623.842)	(12.196.090)	(4.361.028)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b><u>(12.196.090)</u></b>	<b><u>(5.623.842)</u></b>	<b><u>(12.196.090)</u></b>	<b><u>(4.361.028)</u></b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## VDB F2 Geração de Energia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Reservas de Lucros					Total da controladora e do consolidado
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Transações de capital com sócios	Lucros (Prejuízos) acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>1.000</u>	<u>200</u>	<u>1.019.733</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>1.020.895</u>
Subscrição de capital	67.344.670	-	-	-	-	67.344.670
Transferencia de mútuo obtido	3.686.804	-	-	-	-	3.686.804
Transferencia de investimento	112.049.679	-	-	-	-	112.049.679
Incorporação da VDB Ltda	3.991.680	-	-	-	-	3.991.680
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.623.842)	(5.623.842)
Destinação do lucro:		(200)			200	-
. Reserva de lucros a realizar	-	-	(1.019.733)	-	1.019.733	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>187.073.833</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(38)</u>	<u>(4.603.909)</u>	<u>182.469.886</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(12.196.090)	(12.196.090)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>187.073.833</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(38)</u>	<u>(16.799.999)</u>	<u>170.273.796</u>

s notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# VDB F2 Geração de Energia S.A.

## Demonstração dos Fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado ao contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(12.196.090)	(5.623.842)	(12.196.090)	(4.361.028)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
. Depreciação	-	-	8.239.074	169.203
. Provisão de juros	4.179.920	-	17.059.516	3.729.742
. Juros com parte relacionada	(4.387.589)	817.786	-	(817.786)
. Provisão de IOF s/ empréstimo parte relacionada	(882.396)	25.114	-	301.803
. Provisões com partes relacionadas	-	0	-	918.447
. Variação cambial capitalizada	-	3.416.553	-	3.416.553
. Juros e IOF capitalizados	-	-	21.774.313	(5.006.866)
. Reestruturação societária em 31 de maio de 2017	-	-	-	(1.460.796)
. Incorporação da empresa VDB Ltda	-	2.375.189	-	2.375.189
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	546.388	-
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	7.372.941	-
. Perda/Ganho de equivalência patrimonial	11.914.438	1.039.460	-	-
	<u>(1.371.717)</u>	<u>2.050.260</u>	<u>42.796.142</u>	<u>900.033</u>
<b>Variações dos Ativos e Passivos operacionais</b>				
. Aplicações financeiras	(3.238.628)	(20.805)	(11.535.852)	(37.329.866)
. Contas a receber de clientes	-	743	(38.665.980)	(63.052)
. Adiantamentos	(1.563)	-	(20.058)	(1.225.306)
. Despesas antecipadas	-	-	(135.121)	-
. Tributos a recuperar	(97.623)	(1.674)	(207.251)	(132.250)
. Outros Ativos	-	-	(7.809)	-
. Tributos a recolher	928.129	550	1.093.922	1.323.810
. Contas a pagar	38.088	993	7.225.050	1.580.868
. Contas a pagar - Parte relacionadas	-	-	(11.137.537)	14.296.253
	<u>(2.371.597)</u>	<u>(20.193)</u>	<u>(53.390.636)</u>	<u>(21.549.543)</u>
<b>Gerado pelas operações:</b>				
. IOF pagos de empréstimos parte relacionada	-	(5)	-	(276.694)
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(891.251)	(300.470)	(891.251)
<b>Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(3.743.314)</b>	<b>1.138.811</b>	<b>(10.894.963)</b>	<b>(21.817.455)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
. Aporte de capital em controladas	(16.500.000)	(8.600.000)	-	-
. Aquisição de imobilizado	-	-	(376.866.982)	(255.733.977)
. Dividendos recebidos	230.397	-	-	-
	<u>(16.269.603)</u>	<u>(8.600.000)</u>	<u>(376.866.982)</u>	<u>(255.733.977)</u>
<b>Caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(16.269.603)</b>	<b>(8.600.000)</b>	<b>(376.866.982)</b>	<b>(255.733.977)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
. Transações de capital	-	-	-	197.992
. Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	-	67.344.670	-	156.888.401
. Pagamento de empréstimos com parte relacionada	(86.285.000)	1.000.000	-	43.726.000
. Aquisição de Empréstimos	-	-	287.967.278	-
. Aquisição de Debêntures	106.000.000	-	106.000.000	-
. Pagamento de Empréstimos - parte relacionada	-	(59.413.500)	-	(74.649.905)
. Recursos provenientes de empréstimos	-	-	-	149.540.597
. Custos de transação de empréstimos	-	-	(6.383.357)	-
. Juros pagos - parte relacionada	-	(933.763)	-	(1.852.209)
. Recebimento de empréstimos - parte relacionada	618	-	618	-
	<u>19.715.618</u>	<u>7.997.407</u>	<u>387.584.539</u>	<u>273.850.876</u>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>19.715.618</b>	<b>7.997.407</b>	<b>387.584.539</b>	<b>273.850.876</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(297.298)</b>	<b>536.218</b>	<b>(177.406)</b>	<b>(3.700.556)</b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>				
<b>No início do exercício</b>	583.171	46.953	936.799	4.637.355
<b>No final do exercício</b>	<u>285.873</u>	<u>583.171</u>	<u>759.393</u>	<u>936.799</u>
	<u>(297.298)</u>	<u>536.218</u>	<u>(177.406)</u>	<u>(3.700.556)</u>

As notas explicativas são parte integrante as demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

### 1 Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 18º andar, parte, Centro - constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Sociedade tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase II, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

#### 1.1 Da autorização

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase II, está localizada no município de Mulungu do Morro - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2018 de forma atendendo integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	30,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	28,6 MW
	<u>116,6 MW</u>

A apuração de energia produzida será quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Sociedades. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016 o Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações da usina eólica. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, ocorreu em 31 de maio de 2016, nas mesmas condições.

A Sociedade e algumas de suas controladas apresentam capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2018. Ressalta-se que, apesar da entrada em operação acima mencionada, a Sociedade e suas controladas ainda apresentavam capital circulante negativo relevante no exercício e, por conta de necessidade de caixa, realizaram transações de financiamento ao longo de 2018, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Apresentamos abaixo as principais características do projeto:

- a. Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- b. Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e

Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.13.

## 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

### 1.1 Base de Consolidação

#### *Controladas*

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

#### *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### 2.3 Conversão de moeda estrangeira

#### *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) **Provisão para desmobilização**

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) **Provisões para contingências judiciais**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

### **3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **3.1 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

#### **3.2 Instrumentos financeiros**

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e contas a receber com partes relacionadas.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(ii) ***Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

### **3.3 Investimento em Controlada**

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

### **3.4 Contas a receber**

Referem-se a valores a receber referentes à venda de energia realizada, a partir do momento da entrada efetiva em operação. Os montantes são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável).

### **3.5 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida

útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

### 3.6 Ativo intangível amortizável

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo classificados como *ágio com vida útil definida*, amortizado ao prazo de autorização para geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

### 3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

#### (i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### (ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

### 3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

#### *Debêntures*

Em 23 de novembro de 2017 a Sociedade assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é o BTG Pactual. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
VDV F2 Geração de Energia S.A.	106.000.000	10.600	10.0000	27/04/2019

Abaixo apresentamos a movimentação dos recursos, que foram liberados ao longo do exercício de 2018, conforme segue:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	-
Aquisição	106.000.000
Juros e encargos	4.179.920
Liquidação de juros	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u><u>110.179.920</u></u>

Mais detalhes estão apresentados na nota explicativa 16.

### 3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

### 3.11 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

### 3.12 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

#### a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

#### b. Receita de geração de energia em fase de teste

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

**c. Receita de juros**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

**3.13 Tributos**

Em 2018, a Sociedade apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelas normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

***Tributos correntes***

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controlada, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2018.

***Tributos diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Considerando que a Administração resolveu alterar o regime de tributação fiscal para o lucro presumido em 2018 e face a Sociedade não apresentar histórico de lucratividade o cálculo dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases temporárias não foi registrado em 2018.

As suas controladas apuram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, ver nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável que não fora recebido até a data da apuração.

### 3.14 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018:

#### a. IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

##### (i) Classificação dos ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos, quando contratados.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Conforme mencionado, a Sociedade não identificou impactos representativos que trouxessem alteração na apresentação dos instrumentos financeiros:

Conta	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Controladora		Consolidado	
			Valor Contábil CPC 38/IAS 39	Novo Valor Contábil CPC 48/IFRS 9	Valor Contábil CPC 38/IAS 39	Novo Valor Contábil CPC 48/IFRS 9
<b>Ativos financeiros</b>						
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	-	63.794	63.794
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	583.171	583.171	936.799	936.799
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	20.806	20.806	37.329.866	37.329.866
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>603.977</b>	<b>603.977</b>	<b>38.330.459</b>	<b>38.330.459</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	994	994	1.633.092	1.633.092
Contas a pagar com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	-	15.695.977	15.695.977
Empréstimos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	-	153.270.338	153.270.338
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>994</b>	<b>994</b>	<b>170.599.407</b>	<b>170.599.407</b>

A Sociedade optou por não apresentar a reconciliação dos valores entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 em função de não ter identificados impactos relevantes, inclusive na avaliação do modelo de perdas esperadas, uma vez que entende que a regulação efetuada pelos órgãos de mercado mantém o equilíbrio econômico do negócio.

**b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)**

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, e entrou vigor em janeiro de 2018 em substituição ao IAS 11 - “Contratos de Construção” e ao IAS 18 - “Receitas”, como demais interpretações.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração do valor e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A adoção as alterações introduzidas pela nova norma não trouxe impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A Administração ressalta que, considerando a natureza de suas operações de venda, na qual as obrigações de desempenho são transparentes e objetivas e a transferência do controle dos bens é realizada mediante a responsabilidade que é transferida ao comprador, já adotava a prática de reconhecer as vendas de forma que a receita representasse o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

De acordo com os requerimentos da norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventos de contraprestação variável, tais como descontos eventuais, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho ou ainda penalidades aplicáveis que, de acordo com a norma, devem ser classificados como contraprestação variável. A Administração avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado na apresentação do resultado é sobre as penalidades aplicadas por baixa geração de energia, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional, conforme disposto na nota explicativa nº 17 - Receita Operacional Cabe destacar que apesar da mudança acima descrita, não identificamos impactos nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em função de a Sociedade não ter incorrido em nenhuma penalidade.

O CPC 47/IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis do Grupo com relação a outras fontes de receita.

**3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, a Sociedade não espera que tenham impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras e ainda continua avaliando os potenciais impactos, se existirem, referentes a adoção do IFRS 16.

**(i) IFRS 16 Leases (arrendamentos)**

A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade continua avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

**(ii) Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

## 4 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos	285.873	583.171	759.393	936.799
<b>Total</b>	<b>285.873</b>	<b>583.171</b>	<b>759.393</b>	<b>936.799</b>

## 5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações Financeiras	3.259.434	20.806	48.865.718	37.329.866
<b>Total</b>	<b>3.259.434</b>	<b>20.806</b>	<b>48.865.718</b>	<b>37.329.866</b>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2018, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,26% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

## 6 Contas a receber e adiantamentos

### 6.1 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	38.729.774	-
Gerdau	-	-	-	63.794
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.729.774</b>	<b>63.794</b>

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2018. Além disso, não há histórico ou expectativas futuras de perdas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas incorridas) e avaliação de perdas de crédito esperadas.

### 6.2 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento diversos	1.563	-	53.881	33.823
<b>Total</b>	<b>1.563</b>	<b>-</b>	<b>53.881</b>	<b>33.823</b>

## 7 Despesas antecipadas

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidada	
	2018	2017	2018	2017
Administrativas - seguros	-	-	1.326.603	1.191.482
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.326.603</b>	<b>1.191.482</b>
<b>Curto prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.018.035</b>	<b>739.212</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>308.568</b>	<b>452.270</b>

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

### Seguro Riscos Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Riscos Operacionais e Cláusulas especiais e particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Materiais e Lucro Cessantes, necessários à operação do Complexo Eólico Ventos da Bahia Fase II, de energia eólica, com vigência no período de 06/09/2018 à 06/03/2020.

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Lucro Cessante	R\$ 113.449.000
Danos materiais	R\$ 725.775.000

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

### Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais, para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral, que fazem parte integrante e inseparável da apólice, são passíveis de cobertura Danos Corporais e Danos materiais, causados a terceiros, necessários à operação do Complexo Eólico Ventos da Bahia Fase II, de energia eólica, com vigência no período de 30/06/2018 à 30/06/2019.

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Operações - Estabelec Comerciais/Industriais	R\$ 6.523.065
Danos materiais Operações - Estabelec Comerciais/Industriais	R\$1.304.613

## 8 Transações com partes relacionadas

### 8.1 Empréstimos a receber - partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA I S/A	20.863.794	-	-	-
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA III S/A	21.213.176	-	-	-
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA IX S/A	29.371.572	-	-	-
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA XVIII S/A	20.106.443	-	-	-
<b>Total</b>	<b>91.554.985</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora as partes relacionadas:

MUTUO	Moeda	Controladora			
		Principal	Juros	IOF	31/12/2018
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA I S/A	R\$	19.715.000	953.456	195.338	20.863.794
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA III S/A	R\$	20.020.000	991.816	201.359	21.213.176
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA IX S/A	R\$	27.580.000	1.497.346	294.227	29.371.572
PARQUE EÓLICO VENTOS BAHIA XVIII S/A	R\$	18.970.000	944.970	191.473	20.106.443
		<b>86.285.000</b>	<b>4.387.589</b>	<b>882.396</b>	<b>91.554.985</b>

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela Sociedade às suas controladas. O empréstimo é atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%.

### 8.2 Contrato de mútuo concedido

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ventos do Arthur	-	618	-	618
	<b>-</b>	<b>618</b>	<b>-</b>	<b>618</b>

### 8.3 Contas a pagar

	Consolidado	
	2018	2017
Parque Eólico Ventos da Bahia I	-	3.856.363
Parque Eólico Ventos da Bahia III	-	4.084.330
Parque Eólico Ventos da Bahia IX	-	3.837.312
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII	-	3.917.972
EDF EN Participações Ltda	4.558.440	-
<b>Total</b>	<b>4.558.440</b>	<b>15.595.977</b>

Em 15 de dezembro de 2016 foi celebrado o contrato de rateio de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF do Brasil”) e as Sociedades do projeto Ventos da Bahia Fase 2 (Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII), com participação definida na seguinte proporção, respectivamente: 24,53%, 26,41%, 24,53% e 24,53%, de um total de 116,6MW, o rateio de despesas é proporcional à capacidade instalada de cada parque. O documento trata do repasse dos custos necessários para o desenvolvimento, construção e manutenção e operação dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas, despesas de deslocamento. A previsão de liquidação dos valores em aberto é no segundo semestre de 2019.

### Remuneração do Pessoal chave da Administração

Não houve remuneração do pessoal chave da Administração em 2018 e 2017.

## 9 Investimentos em Sociedades controladas

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	Total
Patrimônio da Investida	44.543.030	49.380.571	46.230.264	44.281.412	184.435.277
Percentual do investimento	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Saldo do Investimento</b>	<b>44.543.030</b>	<b>49.380.571</b>	<b>46.230.264</b>	<b>44.281.412</b>	<b>184.435.277</b>

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

	Saldo em				Saldo em	
	31/12/2017	Aporte	Equivalência	Dividendos	31/12/2018	
VDB I	44.152.445	2.500.000	(2.072.310)	(37.106)	44.543.030	
VDB III	47.544.394	3.000.000	(1.123.417)	(40.406)	49.380.571	
VDB IX	44.098.072	7.500.000	(5.367.808)	-	46.230.264	
VDB XVIII	44.170.002	3.500.000	(3.350.903)	(37.687)	44.281.412	
	179.964.913	16.500.000	(11.914.438)	(115.198)	184.435.277	

  

	Saldo em	Reestruturação		Incorporação		Saldo em	
	31/12/2016	Ventos Fase 2	Aporte	Equivalência	VDB Ltda	Dividendos	31/12/2017
VDB I	14.832.302	27.482.429	2.109.580	(234.770)	10	(37.106)	44.152.445
VDB III	15.976.457	29.584.806	2.271.260	(247.733)	10	(40.406)	47.544.394
VDB IX	14.829.635	27.482.429	2.109.580	(323.582)	10	-	44.098.072
VDB XVIII	14.831.451	27.500.015	2.109.580	(233.367)	10	(37.687)	44.170.002
Ventos do Arthur	1	-	-	(1)	-	-	-
	60.469.846	112.049.679	8.600.000	(1.039.453)	40	(115.199)	179.964.913

Apresentamos abaixo as principais informações financeiras das entidades controladas:

	<b>VDB I</b>	<b>VDB III</b>	<b>VDB IX</b>	<b>VDB XVIII</b>
Ativos circulantes	24.410.783	29.845.875	31.609.185	25.188.284
Ativos não circulantes	161.854.178	172.697.603	168.565.806	161.135.733
Passivos circulantes	5.831.733	7.527.009	9.540.038	6.903.045
Passivos não circulantes	135.890.198	145.635.898	144.404.689	135.139.559
Patrimônio Líquido	46.615.340	50.503.988	51.598.073	47.632.315
Resultado	(2.072.311)	(1.123.417)	(5.367.808)	(3.350.903)

## 10 Imobilizado

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo:

**Consolidada**

<b>2018</b>						
	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
Torres anemométricas	25%	733.213	376.866.982	312.382.879	(8.239.074)	<b>681.744.000</b>
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	-	201.809.385	-	(201.809.385)	-	-
Capitalizações resultado financeiro (ii)	-	5.176.148	-	(5.176.148)	-	-
Instalações em construção (iii)	-	105.397.346	-	(105.397.346)	-	-
<b>Total</b>		<b>313.116.092</b>	<b>376.866.982</b>	<b>-</b>	<b>(8.239.074)</b>	<b>681.744.000</b>
Custo		313.285.295				690.152.277
Depreciação acumulada		(169.203)				(8.408.277)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>313.116.092</b>				<b>681.744.000</b>

**Consolidado**

<b>2017</b>						
	<b>Taxa de depreciação. Anual%</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Torres anemométricas	4%	-	902.416	-	(169.203)	<b>733.213</b>
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	-	54.022.715	147.786.670	-	-	<b>201.809.385</b>
Capitalizações resultado financeiro (ii)	-	169.282	5.006.866	-	-	<b>5.176.148</b>
Instalações em construção (iii)	-	3.359.321	102.038.025	-	-	<b>105.397.346</b>
<b>Total</b>		<b>57.551.318</b>	<b>255.733.977</b>	<b>-</b>	<b>(169.203)</b>	<b>313.116.092</b>
Custo		57.551.318				313.285.295
Depreciação acumulada		-				(169.203)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>57.551.318</b>				<b>313.116.092</b>

A conclusão da entrega e montagem das turbinas ocorreu em 2018, com a entrada do parque em operação comercial.

## 11 Intangível

O intangível foi adquirido em 2017 pela Companhia, através da incorporação da empresa Ventos da Bahia Ltda.

	Taxa anual de amort. %	2018		
		Saldo em 31/12/2017	Adição	Saldo em 31/12/2018
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	1.581.378	-	1.581.378
<b>Total</b>		<b>1.581.378</b>	<b>-</b>	<b>1.581.378</b>
Custo		1.581.378		1.581.378
Amort. acum.		-		-
<b>Intangível líquido</b>		<b>-</b>		<b>1.581.378</b>

  

	Taxa anual de amort. %	2017		
		Saldo em 31/12/2016	Adição	Saldo em 31/12/2017
Gastos com Estudos e Projetos e Concessão de Direitos.	-	-	1.581.378	1.581.378
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>1.581.378</b>	<b>1.581.378</b>
Custo		-		1.581.378
Amort. acum.		-		-
<b>Intangível líquido</b>		<b>-</b>		<b>1.581.378</b>

## 12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributos Federais	928.781	652	1.477.812	38.594
Tributos Estaduais	-	-	6.741	23.255
Tributos Municipais	-	-	55.702	630.553
INSS Retido	-	-	904.970	658.901
<b>Total</b>	<b>928.781</b>	<b>652</b>	<b>2.445.225</b>	<b>1.351.303</b>

## 13 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ABB LTDA	-	-	2.338.947	299.847
APS COMPONENTES ELETRICOS LTDA	-	-	28.231	44.765
BRISKCOM LTDA	-	-	33.068	-
CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARI	3.151	-	12.606	-
CALCARIO RIO PRETO LTDA	-	-	-	338.339
CONSTRUBARATAO CONSTRUTORA E SERVICOS	-	-	-	73.673
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	-	-	137.734	-
COTESA ENGENHARIA LTDA	-	-	62.797	-
DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.	12.298	-	24.332	-
ENEL CIEN S/A	-	-	25.421	-
GTX TECNOLOGIA LTDA - ME	-	-	20.818	-
GEA COMERCIO DE DERIVADOS D PETROLEO	-	-	-	15.071
INCOSOL INDUSTRIA DE CORRETIVO DE SOLOS	-	-	-	11.077
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.	18.188	-	18.188	-
MASTER LIGAS COMERCIAL E INDUST. EIRELI	-	-	-	114.020
MESSTECHNIK COMERCIO E INSTRUMENTACOES L	-	-	109.839	80.472
ROCHA E LEITE LTDA	-	-	-	231.236
PAPYRUS CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	-	-	112.144	204.473
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	-	-	-	50.756
SETA ENGENHARIA S/A	-	-	1.603.866	-
SETA CONSTRUCOES S/A	-	-	2.764.760	-
SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGU	-	-	375.046	-
VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA	-	-	1.047.762	-
VOTORANTIM CIMENTOS NNE SA	-	-	-	154.834
DIVERSOS	5.445	994	142.584	14.529
<b>Total</b>	<b>39.082</b>	<b>994</b>	<b>8.858.142</b>	<b>1.633.092</b>

## 14 Empréstimos e financiamentos

### *Controladora*

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa Efetiva	Vencimentos	31/12/2018
Principal Debentures	R\$	CDI+0,30 %	6,70%	2019	106.000.000
Juros					4.179.920
					<b>110.179.920</b>
				Passivo Circulante	<b>110.179.920</b>
				Passivo Não Circulante	-

Abaixo apresentamos a movimentação das debêntures da controladora, conforme segue:

	<b>Controladora</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Aquisição	106.000.000
Juros e Encargos	4.179.920
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>110.179.920</b>

Em 27 de abril de 2018, a Sociedade emitiu 10.600 debêntures, no valor nominal de R\$10.000 cada totalizando um montante R\$ 106.000.000, tendo ocorrido a integralização dos recursos em 25 de maio de 2018. Os custos de captação são considerados na composição da dívida, representando assim uma taxa efetiva do empréstimo de 6,70% a.a.

O objetivo desta captação foi a implantação (construção) dos parques eólicos Ventos da Bahia I, Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII. Sobre o principal da dívida incidem CDI mais juros de 0,30% a.a. A data de vencimento das debêntures é em 27 de abril de 2019.

### Garantias

Este financiamento conta com garantia corporativa.

### Consolidado

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

#### Consolidado

a) Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa Efetiva	Vencimentos	31/12/2018
Principal BNDES	R\$	TJLP+2,48 %	9,51%	2018 a 2034	441.771.278
FINEN					36.918.135
Juros					(9.181.244)
Custos de captação					<u>469.508.168</u>
<b>b) Debêntures</b>					
Principal Debentures	R\$	CDI+0,30 %	6,70%	2019	106.000.000
Juros					<u>4.179.920</u>
					<b>110.179.920</b>
Total					<b>579.688.088</b>
					Passivo Circulante
					130.677.525
					Passivo Não Circulante
					449.010.563
					<b>579.688.088</b>

A movimentação dos empréstimos consolidados (incluindo as debêntures emitidas pela controladora), encontra-se apresentada abaixo, conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>VDBI</u>	<u>VDBIII</u>	<u>VDBIX</u>	<u>VDBXVIII</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	37.545.855	40.618.527	37.552.978	37.552.978	153.270.338
Juros e Encargos	4.179.920	8.131.363	8.794.304	8.864.121	8.864.121	38.833.829
Liberção de Empréstimo	106.000.000	70.551.983	76.311.329	70.551.983	70.551.983	393.967.278
Custos	-	(1.204.561)	(1.303.336)	(1.937.730)	(1.937.730)	(6.383.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>110.179.920</b>	<b>115.024.640</b>	<b>124.420.824</b>	<b>115.031.352</b>	<b>115.031.352</b>	<b>579.688.088</b>
Passivo Circulante	<b>110.179.920</b>	<b>5.021.922</b>	<b>5.431.839</b>	<b>5.021.922</b>	<b>5.021.922</b>	<b>130.677.525</b>
Passivo Não Circulante	-	<b>110.002.718</b>	<b>118.988.985</b>	<b>110.009.430</b>	<b>110.009.430</b>	<b>449.010.563</b>

Em 31 de julho de 2017, as Sociedades controladas assinaram contrato de financiamento, mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 486.420.000, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2018 em um montante total de R\$ 441.771.278.

O objetivo desta captação foi a implantação (construção) dos parques eólicos Ventos da Bahia I, Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,48% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência, em 15 de julho de 2018. O valor do principal será amortizado em 195 prestações mensais, com início em 15 de abril de 2019, até 16 de abril de 2035.

### **Garantias**

Esse financiamento conta com garantia corporativa, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios.

### **Covenants**

A partir de 2020, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do Contrato, o ICSD Consolidado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

## **15 Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Sociedade apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real.

No exercício de 2018, a Controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

### **CONSOLIDADO**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contribuição Social	2.162.453	-
Imposto de Renda	5.456.406	-
<b>Total</b>	<b>7.618.860</b>	<b>-</b>

### **Impostos Correntes**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas operacionais + outras receitas tributáveis</b>		
Receitas de vendas	19.552.079	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	1.564.166	-
Base presumida para a CSLL (12%)	2.346.249	-
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	1.140.510	-
Variações Cambiais Ativas - Operações Liquidadas	555.605	-
Receita de descontos	207	-
Demais receitas e ganhos de capital	18.439.998	-
Base de cálculo do imposto de renda	21.700.486	-
Base de cálculo da contribuição social	22.482.569	-
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	3.255.075	-

**Impostos Correntes**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	2.094.435	-
Alíquota da Contribuição Social - 9%	2.023.431	-
Total de Imposto de Renda Corrente	5.349.510	-
Total de Contribuição Social Corrente	2.023.431	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>7.372.941</b>	<b>-</b>

**Impostos Diferidos**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas operacionais + outras receitas tributáveis</b>		
Base de cálculo para os tributos diferidos	4.422.046	-
Varição do contas a receber	17.739.878	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	1.419.190	-
Base presumida para a CSLL (12%)	2.128.785	-
Juros a receber - CCEE	-	-
Base de cálculo do imposto de renda	1.419.190	-
Base de cálculo da contribuição social	2.128.785	-
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	212.879	-
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	141.919	-
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	191.591	-
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	354.798	-
Total de Contribuição Social Diferida	191.591	-
<b>Total de tributos diferidos</b>	<b>546.388</b>	<b>-</b>

## 16 Patrimônio Líquido

### 16.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 187.073.833 (R\$ 187.073.833 em 31 de dezembro de 2017), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 187.073.833 (1.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
EDF EN do Brasil Participações	187.073.833	187.073.833	187.073.833	187.073.833
EDF Energies Nouvelles	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>187.073.833</b>	<b>187.073.833</b>	<b>187.073.833</b>	<b>187.073.833</b>

### Resultado do exercício

A Sociedade registrou um prejuízo no montante de R\$ 12.196.090 em 31 de dezembro de 2018 (Prejuízo de R\$ 5.623.842 em 31 de dezembro de 2017).

### Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social.

## 17 Receita de Vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
<b>Geração de energia</b>				
Receita de vendas	-	-	37.291.956	-
(-) Penalidade por baixa geração	-	-	-	-
<b>Receita bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.291.956</b>	<b>-</b>
<b>(-) Deduções da receita bruta</b>				
PIS	-	-	(242.398)	-
COFINS	-	-	(1.118.759)	-
ICMS	-	-	(418)	-
ISS	-	-	-	-
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.361.574)</b>	<b>-</b>
<b>Total da receita líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.930.382</b>	<b>-</b>

## 18 Custos de Vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
<b>Custos operacionais</b>				
Seguros	-	-	(446.850)	-
Arrendamentos operacionais	-	-	(164.984)	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(611.835)</b>	<b>-</b>
<b>Impostos e taxas</b>				
TUSD	-	-	(2.152.171)	-
Taxa de regulamentação	-	-	(2.429)	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.154.600)</b>	<b>-</b>
<b>Serviços prestados</b>				
Manutenção das Instalações			(3.639.983)	
Serviços de Engenharia			(804.591)	
Custos ambientais	-	-	(959.644)	-
Outros Serviços	-	-	(92.399)	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.496.618)</b>	<b>-</b>
<b>Depreciação</b>				
Custo com depreciação	-	-	(8.239.074)	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.239.074)</b>	<b>-</b>
<b>Total dos custos de vendas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.502.126)</b>	<b>-</b>

## 19 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Despesas administrativas</b>				
Condução/Locomoção	-	-	(7.998)	-
Despesas Legais	-	(111.876)	-	(151.712)
Depreciações	-	-	-	(105.282)
Contribuições a associações	-	-	(4.428)	-
Outras	(13.276)	(1.355)	(251.835)	(1.509)
	<b>(13.276)</b>	<b>(113.231)</b>	<b>(264.261)</b>	<b>(258.503)</b>
<b>Impostos e taxas</b>				
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
IOF	-	(6)	-	(986)
Outros impostos e taxas	(3)	(310)	(67.520)	(2.479)
Pis e Cofins	(276.290)	(99)	(276.290)	(38.743)
	<b>(276.293)</b>	<b>(415)</b>	<b>(343.810)</b>	<b>(42.208)</b>
<b>Despesas com serviços prestados</b>				
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Honorários de Contadores	(88.548)	(16.154)	(259.785)	(172.635)
Honorários de Consultores	(46.826)	(111.272)	(674.207)	(202.357)
Honorários de Auditores	(36.249)	(6.962)	(60.039)	(14.769)
Honorários de Advogados	(88.836)	(10.390)	(298.411)	(39.950)
Serviços de tradução	(8.600)	-	(8.600)	-
Publicidade	-	(48.538)	-	(121.572)
Outros Serviços	(8.067)	(6.489)	(123.579)	(17.315)
	<b>(277.127)</b>	<b>(199.805)</b>	<b>(1.424.621)</b>	<b>(568.598)</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>				
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Provisões de natureza cível	-	-	-	(7.192)
Outras despesas operacionais	-	(8.236)	-	(8.236)
	<b>-</b>	<b>(8.236)</b>	<b>-</b>	<b>(15.428)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2018	2018	2018
<b>Rateio de despesas</b>				
Salários	-	-	(1.383.483)	-
Previdência social	-	-	(878.823)	-
Outros serviços	-	-	(640.689)	-
Aluguel	-	-	(260.232)	-
Seguros	-	-	(468)	-
Viagens e estadias	-	-	(311.733)	-
Outros custos	-	-	(1.076.532)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.551.960)</u>	<u>-</u>
<b>Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais</b>	<u>(566.696)</u>	<u>(321.687)</u>	<u>(6.584.650)</u>	<u>(884.737)</u>

## 20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicações financeiras	542.902	547	1.683.412	844.593
Variação cambial ativa	-	2.671.345	-	2.671.345
Desconto	1	-	2.076	8.052
Juros - parte relacionada	4.387.620	-	-	-
Juros	3.717	1.574	436.210	1.574
	<u>4.934.239</u>	<u>2.673.466</u>	<u>2.121.698</u>	<u>3.525.564</u>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros de empréstimos - parte relacionada	(55.753)	-	-	-
Juros de empréstimos	(4.124.168)	-	(17.059.516)	-
Juros s/mutuo	-	(817.826)	-	(817.826)
Despesas bancárias	(73.658)	-	(597.889)	-
Variação cambial passiva	-	(6.087.898)	-	(6.087.898)
Encargos sobre pagamento em atraso	-	(16)	(278)	(40.740)
Despesas com IOF	(37.362)	(25.114)	(812.672)	13.284
Custos com empréstimos	(358.254)	-	(622.162)	(54.455)
Outras despesas financeiras	-	(5.307)	(149.547)	(14.220)
	<u>(4.649.195)</u>	<u>(6.936.161)</u>	<u>(19.242.064)</u>	<u>(7.001.855)</u>
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<u>285.044</u>	<u>(4.262.695)</u>	<u>(17.120.366)</u>	<u>(3.476.291)</u>

## 21 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	3.259.434	20.806	48.865.718	37.329.866
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	-	38.729.774	63.794
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	91.554.985	-	-	-
Contrato de mútuo - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	618	-	618
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	-	115.199	-	-
Passivos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Contas a pagar	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	39.082	994	8.858.142	1.633.092
Contas a pagar - partes relacionadas	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	-	4.558.440	15.695.977
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros mensurados pelo valor justo	110.179.920	-	579.688.088	153.270.338

### a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	3.259.434	20.806	48.865.718	37.329.866
Contas a receber	-	-	38.729.774	63.794
Contas a receber - partes relacionadas	91.554.985	619	-	-

**b. Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2018		2018	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	39.082	-	8.858.142	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	4.558.440	-
Empréstimos e financiamentos	110.179.920	-	130.677.525	449.010.563
Contratos de mútuo - parte relacionada	-	-	-	-
	110.219.003	-	144.094.107	449.010.563

	Controladora		Consolidado	
	2017		2017	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	994	-	1.633.092	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	15.695.977	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	153.270.338
Contratos de mútuo - parte relacionada	-	-	-	-
	994	-	17.329.069	153.270.338

**d. Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

**e. Gestão de capital**

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

**Análise de sensibilidade**

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado em 2019, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes:

Controladora: Com base na taxa CDI projetado pelo BACEN, cuja valor definido foi de 7,17%, sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado.

<b>Operação</b>	<b>2018</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II (Possível)</b>	<b>Cenário III (Remoto)</b>
Passivos financeiros					
Debêntures	110.179.920	CDI	1.204.017	1.420.258	1.635.665

Consolidado: Com base na taxa TJLP publicada para o primeiro trimestre de 2018, cuja valor definido foi de 7,03%, sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

<b>Operação</b>	<b>2018</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II (Possível)</b>	<b>Cenário III (Remoto)</b>
Passivos financeiros					
Debêntures	588.869.332	TJLP/CDI	51.983.953	59.080.826	65.240.240

## 22 Compromissos assumidos

### a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Contratos CCEAR</b>	<b>VDB I</b>	<b>VDB III</b>	<b>VDB IX</b>	<b>VDB XVIII</b>
2019	Total (R\$ Mil)	23.421	25.924	23.600	23.958
	Volume MWh	114.835	127.107	115.711	117.464
	Preço (R\$/MWh)	203	203	203	203
Após 2020	Total (R\$ Mil)	23.312	24.585	23.489	23.845

**b. Compromissos com fornecedores**

A Sociedade possui contratos assinados para recebimento de equipamentos e construção das usinas, todos celebrados em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2018:

	VDB I 2019	VDB III 2019	VDB IX 2019	VDB XVIII 2019	Total 2019
ABB LTDA	939	939	939	939	3.756
MESSTECHNICK	12	12	12	12	48
COELBA	60	60	60	60	240
SETA CONSTRUÇÕES S.A	774	774	774	774	3.096
SETA ENGENHARIA S.A.	410	410	410	410	1.640
<b>TOTAL (Mil)</b>	<b>2.195</b>	<b>2.195</b>	<b>2.195</b>	<b>2.195</b>	<b>8.780</b>